

# **POTENCIAIS E LIMITES DE UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: O PRONAF INFRA-ESTRUTURA**

*Alessandra Cardoso  
Antonio César Ortega*

## **RESUMO**

A partir de uma leitura de que o fortalecimento das formas de produção locais poderá contribuir para o resgate social e a geração de emprego e renda busca-se avaliar a importância da agricultura familiar nesse processo, em virtude do incentivo que promove para a constituição de um espaço local para a concertação. Assim, realizamos uma avaliação preliminar dos primeiros anos PRONAF INFRA-ESTRUTURA, visando identificar os principais potenciais e limites dessa linha de crédito enquanto uma política de desenvolvimento local.

## **INTRODUÇÃO**

O processo de modernização porque passou o agro brasileiro foi parcial, ficando de fora amplos segmentos dos agricultores, particularmente os familiares. Para estes, entretanto, a não inclusão no padrão de produção fordista, resultado da difusão das inovações tecnológicas da chamada Revolução Verde, garantiu a permanência de um forte vínculo entre a produção e mercado locais. Porém, como mostra Graziano da Silva (2000), este vínculo já não se sustenta no contexto atual, onde muitos destes espaços, mesmo continuando fora dos circuitos de produção, são cada vez mais penetrados pelos processos de valorização e materializados em uma abertura comercial que homogeneiza espaços heterogêneos. Neste contexto, o desafio da agricultura familiar, com uma capacidade cada vez mais estreita de inserção no mercado de produtos, é se reinventar para alcançar a inserção no mercado.

Mas, se impactos do processo de globalização, presentes em maior ou menor grau nas diferentes regiões e municípios brasileiros, têm acirrado o processo de exclusão e desagregação da produção familiar, este desafio da reinvenção tem tido algumas respostas: as cooperativas de crédito de agricultores familiares, que buscam criar um vínculo de "solidariedade" entre captação e empréstimos; as associações de produtores para compra conjunta de matéria prima ou para a venda de seus produtos; a negociação com o poder público local e com instituições bancárias visando a constituição de fundos de aval que viabilizem o acesso ao financiamento que, de outra forma, estariam excluídos dos mecanismos de crédito.

Assim, a questão central, para nós, é se esta capacidade de resposta, onde ela muitas vezes nem se esboça, pode emergir, se expandir - tanto no sentido de envolver mais agentes quanto de apontar novos caminhos - e, direcionar uma trajetória de

desenvolvimento da própria economia local, onde o rural é uma peça essencial, a partir da implementação de **políticas públicas**.

Afirmativamente, a hipótese que estamos defendendo é de que o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) pode e deve ser pensado não somente como alternativa de superação das dificuldades econômicas e sociais dos produtores familiares, mas, sobretudo, como eixo fundamental e estratégico para um desenvolvimento econômico local, dinamizado a partir dos agricultores familiares.

Entretanto, cabe perscrutar até que ponto o PRONAF, particularmente em sua linha INFRA-ESTRUTURA, tem cumprido o papel histórico de constituir-se numa política de desenvolvimento rural/local de resgate da agricultura familiar, marginalizada pela política de modernização conservadora da agricultura brasileira das últimas décadas, e eleva-la à condição de um setor estratégico para o desenvolvimento local. Nos termos da referida questão, cabe avaliar se este programa, na sua forma de implementação e no seu alcance, contribui de fato para engendrar um pacto territorial em torno de um projeto de desenvolvimento local.

## **O ESTADO DA ARTE EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Tem ganhado espaço a percepção de que o resultado das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, depende, em grande parte, das comunidades onde elas estão sendo implementadas, ou seja, do **capital social** acumulado por estas comunidades. A premissa básica desta proposição se move em torno da idéia de que o "salto" qualitativo de cada região ou localidade, quando ocorre, é, via de regra, capitaneado por forças sociais locais. Nesse sentido é que Navarro Yañes (1999) destaca a importância do capital social, constituído historicamente, em cada localidade, para apreender as possibilidades de desenvolvimento local.

Na base deste **desenvolvimento local**, portanto, está a identificação ou criação de uma cultura na comunidade centrada na crença em uma perspectiva de desenvolvimento, alicerçada em capacidades e recursos existentes a nível local, no aproveitamento de recursos humanos, na mobilização de atitudes e valores com o objetivo de criar uma trajetória de desenvolvimento.

Também é nesta perspectiva que as discussões sobre o desenvolvimento rural têm procurado romper com a dicotomia rural-urbano, apontando uma unicidade nas trajetórias de desenvolvimento rural e local. Mais particularmente, no debate das

perspectivas de desenvolvimento rural, a discussão da viabilidade da agricultura familiar - marginalmente inserida do padrão da agricultura moderna - faz uma crítica das leituras que apontam uma relação unívoca entre a idéia de eficiência, transmutada no padrão produtivo da moderna agricultura, e sobrevivência.

Baptista (1997), sistematizando experiências do Sul da Europa - Itália, Espanha, Portugal e Grécia - mostra que, em todas elas, sob contextos específicos, a articulação ao sistema socioeconômico local, mediante teias de relações diversificadas, explica a vitalidade e a persistência de explorações familiares, as quais, se avaliadas pelos critérios de produtividade e eficiência da agricultura moderna capitalista, se mostram não competitivas e sustentáveis. (1997:55).

No caso italiano, Baptista (1997), apoiado no trabalho de Fabiani e Scarano (1995), mostra a importância do chamado “pluralismo funcional” das explorações rurais, cujo sentido passa pela possibilidade de inserção da população rural em um contexto de desenvolvimento territorial muito próprio à Itália, assentado na difusão de pequenas e médias empresas no setor industrial, a chamada “industrialização difusa”.

Na Espanha, utilizando o trabalho de Arnalte (1996), Baptista (1997) chama atenção para novas e velhas linhas de diferenciação na agricultura espanhola, aquele autor conclui;

*“(...) é cada vez mais intensa a integração da população agrícola no conjunto da economia e da sociedade. Tanto as velhas como as ‘novas’ formas de pluriatividade estão contribuindo de forma substancial para essa integração e para a conseqüente perda de isolamento e especificidade das unidades produtivas e das famílias agrárias”.(Baptista, 1997: 55).*

Assim, a inserção das famílias rurais, localizadas em áreas deprimidas da Europa, que estão sob uma teia de relações sociais e econômicas que não podem ser espacialmente ou simbolicamente circunscritas à noção tradicional de espaço rural, tem na pluriatividade sua condição para a sua sustentação.

O marco teórico do desenvolvimento rural e local permite, portanto, colocar a questão da viabilidade da agricultura familiar em outros termos, quais sejam: os processos globais de flexibilização produtiva, rigidez distributiva, reestruturação/ampliação dos espaços e canais de valorização capitalista - cuja face mais evidente é o acirramento do desemprego, da concentração de renda e da exclusão social - não suplantaram dinâmicas locais, muitas delas capazes de articular respostas aos processos de transformação econômico/sociais/culturais, a que são expostas. Nestes termos, seguindo a reflexão de Corò (1999):

*"Seria, de fato, um erro cultural, antes de ser político, apoiar um comportamento determinista em relação ao pós-fordismo, como se as mudanças induzidas da economia já estivessem escritas nas tábuas de uma lei histórica, que os homens e suas comunidades não pudessem alterar. Ao contrário, é necessário enfrentar esta fase de transformação com disponibilidade para reabrir os espaços de ação econômica e social que o fordismo tinha encerrado na ilusória gaiola cognitiva e organizativa do one best way. Como propõe Rullani, com ampla argumentação, o pós-fordismo deve ser, antes de mais nada, interpretado como um sistema projetável, um sistema concreto de ação social através do qual as diversas comunidades locais organizam, de modo autônomo, os próprios recursos para enfrentar as limitações e colher as oportunidades da globalização". (Coró; 1999:166).*

É nesta perspectiva que alguns autores têm trabalhado com a noção de economia solidária. Isto fica claro na seguinte colocação de Singer (1997).

*"De uma forma geral, é possível e necessário encontrar formas de quebrar o isolamento da pequena e micro-empresa e oferecer-lhes possibilidade de cooperação e intercâmbio, que aumentem suas probabilidades de êxito. O nome genérico que damos a esta nova forma de organização econômica é economia solidária. A idéia básica é, mediante a solidariedade entre **produtores autônomos de todos os tamanhos e tipos (o grifo é nosso)**, assegurar a cada um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, de financiamento a orientação técnica, legal, contábil, etc".*

A percepção aqui, portanto, é de que independente do setor de atividade, o resgate social e a geração de emprego e renda têm como ponto de partida o fortalecimento das formas de produção locais e, para estas, a viabilidade passa necessariamente, pela solidariedade. Nestes termos, concordamos com Campregher (2000) que a defesa do micro-empresendimento é absolutamente estratégica, sendo esta uma forma de solidariedade mais **eficiente** do que aquela que se desenvolve apenas como defesa contra os desajustes sociais gerados pelo capitalismo.

Segundo Baiardi (1998), a maioria dos estudos sobre a competitividade foca suas análises ao longo de cadeias produtivas, abstraindo determinantes fundamentais, expressos nas teias de relações que se formam ao nível local e regional, das quais resultam reduções nos custos de transação e ganhos de economias externas, promovendo um aprendizado coletivo e reduzindo os elementos dinâmicos da incerteza.

Nesta discussão tem-se consolidado a noção de **redes** de pequenas empresas, resultado da simbiose entre firmas e a comunidade local, com ganho de competitividade através da cooperação. Segundo Cocco (1999), os estudos focados nos traços específicos (socioculturais, históricos e institucionais) destas redes, ou

ainda, estudos sobre o caráter espontâneo da configuração em redes, apesar de relevantes, pouco tem contribuído para a discussão da viabilidade de generalização destas experiências.

Por outra via, os traços mais abrangentes e universais desta configuração produtiva, remetem a uma forte relação das redes com suas bases locais, seja nas relações entre a fábrica e o território, entre as forças de trabalho e a sociedade, entre os serviços e os usuários, entre a produção e o consumo.

Cabe dizer, na nossa percepção, que estas redes, embora referidas às fábricas, e mais especificamente à experiência da chamada "terceira Itália", podem, em um sentido mais amplo, remeter à noção de formas amplas de concertação de interesses vinculadas a uma forte identidade local/territorial. Sob este prisma, estas experiências, em essência, não parecem muito diversas de experiências de viabilização produtiva de agricultores familiares, seja na forma de constituição de fundos de aval, ou na definição de estratégias para comercialização de seus produtos. O que há de comum, portanto, é a noção de que a solidariedade entre produtores autônomos de todos os tamanhos e tipos (como disse Singer) pode assegurar a eficiência.

Acreditamos que estas experiências são estratégicas para se pensar caminhos alternativos não somente às Pequenas e Micro Empresas (PME), mas, de forma similar à agricultura familiar.

Isto não significa suplantar as diferenças entre estas formas de organização produtiva. Pelo contrário, o caráter familiar da exploração agrícola, impõe uma rigidez óbvia à própria organização produtiva, na medida em que esta resulta de um universo profissional comum a todos os membros das famílias. É sob este ângulo que alguns autores defendem que as perspectivas de trajetórias de sobrevivência individuais e variadas, para os membros da família rural, tornam mais complexa a delimitação do caráter familiar de suas explorações.

O que estamos querendo dizer, portanto, é que as novas relações que se estabelecem, seja através do mercado de produtos, serviços ou de trabalho, seja através dos meios de comunicação, ou pelas relações interpessoais, as quais não são, evidentemente, circunscritas ao rural, contribuem, entre outras coisas, para a perda de especificidade das suas formas de organização e sociabilidade. Como já disse Marx:

*"O ato de reprodução, em si, muda não apenas as condições objetivas - transformando aldeias em cidades; regiões selvagens em terras agrícolas, etc. - mas os produtores também mudam com ele, pela emergência de novas qualidades transformando-se e desenvolvendo-se na produção, adquirindo novas forças, novas concepções, novos modos de relacionamento mútuo,*

*novas necessidades e novas maneiras de falar" (Marx, 1985:88)*

Para além das dificuldades de sustentação da família rural na condição de uma entidade produtiva, cabe a nós, aqui, reconhecer que as possibilidades que se abrem para as pequenas empresas, estão também em aberto para a agricultura familiar. Talvez se possa ir até mesmo além desta possibilidade. Vejamos.

Segundo Figueroa (1997), na economia regional, operam transações pela via do mercado, mas também operam outras transações, particularmente nas áreas rurais, cuja base não é o mercado - relações de parentesco, reciprocidade e normas tradicionais. Quanto mais a dinâmica da cidade impera sobre o seu entorno, e, portanto, quanto mais a economia regional estiver sob domínio das transações de mercado, mais impessoais serão as relações e mais isso se transmitirá ao meio rural, corroendo suas especificidades.

Por outra via, e dialeticamente, caberia a questão: as formas específicas de relações e sociabilidade no meio rural, expostas a processos corrosivos, os quais colocam em cheque a viabilidade de suas formas de produção e de vida, poderia engendrar formas de relacionamento mútuo, capazes de fermentar uma identidade que tenha como resultado laços de solidariedade de amplo alcance, abrindo caminhos alternativos para o desenvolvimento rural?

Esta perspectiva, significaria, conforme Pérez-Yruela e Giménez Guerrero (1994):

*"... una reacción com la que se pretende abandonar la pasividade o la resignación (...) iniciando un esfuerzo para aprovechar, cuando exista, el margen disponible de recursos sobre los que asentar iniciativas para la creación de empleo y riqueza fuera de los circuitos hegemónicos del modelo fordista o apoyadas en ellos". (Pérez-Yruela e Giménez Guerrero:1994)*

Evidentemente, esta reação, como algo que surge espontaneamente, é uma possibilidade remota. É sob esta evidência, que se tem discutido a factibilidade de políticas públicas capazes de fomentar uma trajetória de desenvolvimento local. Nesta visão, as políticas públicas deveriam assumir o papel de instrumento de fortalecimento, ou mesmo formação de uma cultura pró-ativa de desenvolvimento, a partir de uma base local. Um caminho para esta mudança de perspectiva seria a atribuição de competências, para que os agentes locais passassem a monitorar as ações públicas, a partir de uma orientação definida pela própria comunidade.

*" La forma de intervención social que se practique deberá tender, sobre todo, a facilitar la aparición de conductas emprendedoras, individuales o grupales, a facilitar la coordinación u la interacción entre ellas, a promover formas de organización, asociación o integración que hagan más eficaces acciones de*

*desarrollo ya iniciadas, y a sugerir nuevas iniciativas que apoyen en las ya existentes". (Pérez-Yruela e Giménez Guerrero :1994)*

O foco realmente inovador destas políticas públicas estaria centrado na idéia de que o desenvolvimento, entendido como melhora no bem estar econômico e social, deve assumir um caráter endógeno, autocentrado, de "baixo para cima", e, neste sentido, deve partir de um pacto territorial, mediado e impulsionado a partir da articulação de atores chaves – cooperativas, organizações de produtores, associações empresariais, sindicatos, poder público, igrejas, bancos, etc.

A esta capacidade, que os atores adquirem, de promover ações organizadas localmente voltadas para diminuir barreiras e aproveitar oportunidades para o desenvolvimento de seu território, é o que vem sendo denominado de capital social.

A questão central que fica, portanto, é: qual deve ser a natureza das políticas públicas orientadas para a formação desta capacidade, ou seja, como fazer para elevar o capital social da comunidade?

Um primeiro ponto a considerar, é que estas políticas públicas inovadoras devem contemplar as regiões de modo mais abrangente, incorporando amplos segmentos populacionais nas estratégias de desenvolvimento local. De acordo com Cocco (1999: 28-29), estas políticas deveriam ter um caráter transversal, com capacidade de envolver a parceria de diferentes atores públicos e privados: governos municipais, estaduais, instituições de apoio técnico à atividade produtiva, empresas públicas, produtores locais, grandes empresas privadas nacionais e internacionais, etc. Estas políticas abrangeriam, de modo geral, o acesso a infra-estruturas (sociais, físicas, econômico financeiras, tecnológicas) que são imprescindíveis à efetivação de um ambiente propício à ação empreendedora e, portanto, às dinâmicas de geração de emprego e distribuição de renda.

Neste caminho, alguns autores apontam que tais políticas públicas deveriam ser formatadas localmente, a partir de realidades particulares. Em outros termos, o caráter inovador deve ter uma radicalidade ainda maior, de uma proposta de política onde ela mesma seja moldável às distintas realidades locais. Cocco (1999:29), aponta para esta visão:

*"Seja onde for (...) é preciso identificar, em nível local, os arranjos tácitos e institucionais que permitam a criação das condições "ambientais" que promovam ações empreendedoras a partir das suas ligações horizontais com outros trabalhadores".*

Este é o verdadeiro desafio de uma política de desenvolvimento local. Além, disto, no caso específico das políticas de cunho local, orientadas para as áreas rurais,

algumas dificuldades são particulares. A defesa da viabilidade da agricultura familiar - à luz das experiências de articulação de empresas, da comunidade e instituições locais em torno de ações voltadas para o desenvolvimento - não pode fazer referência, exclusivamente, às atividades agrícolas (no sentido mais geral do termo). A constatação de que *“el desarrollo de muchas áreas rurales no puede descansar por más tiempo sólo en la actividad agraria há abierto la puerta a las iniciativas tendentes a estimular la creación de actividades complementarias o diferentes”*... (Pérez-Yruela e Giménez Guerrero: 1994) coloca, para o rural e sua população, o desafio de novos caminhos.

Em outras palavras, independentemente do grau e tipo de relação que o rural estabeleça com o urbano, o que depende da própria funcionalidade do espaço local, urbano e rural, à valorização do capital, podemos dizer que as perspectivas de desenvolvimento rural se colocam a partir desta relação e que, não podem estar circunscritas às atividades agrícolas.

Discussões teóricas apontam, e muitas evidências empíricas reforçam, a idéia de que o sentido do rural é dado no âmbito da sociedade urbana. Se essa determinação não é nova, é, no entanto, novo e mais amplo o sentido atribuído ao rural. A dilatação funcional do espaço rural, que vêm sendo efetivado a partir da ação dos capitais rurais e urbanos - agroindústrias, industriais e do setor de serviços -, abre possibilidades de inserção da população rural em novos mercados de produtos e trabalho.

No entanto, temos que considerar que a inserção da família rural nestes mercados depende, além das condições mais objetivas - como capitalização ou acesso ao crédito e condições específicas de localização - do que Marsden (1987) chama de "tino empresarial", e também de flexibilidade e habilidade do trabalho familiar. Sob esta perspectiva, se há um movimento mais acelerado de criação de novos valores de uso e sua transformação em valores de troca, que atinge também o espaço rural - o que Marsden (1987) chamou de "commoditização" - este não significa que a população rural esteja em condições de perceber e atender as novas demandas que se anunciam. Contribuir para esta percepção e criar condições para sua viabilização são desafios que, sem dúvida, deverão ser enfrentados para se alcançar o desenvolvimento local.

Passamos a seguir à apresentação do PRONAF, que em nosso entender pode ser apreendido, particularmente em virtude do incentivo que promove para a constituição de um espaço local para a concertação, como um importante programa de



incentivo ao desenvolvimento local.

## **O PRONAF E AS POSSIBILIDADES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Depois de algumas décadas de política de crédito indiscriminada por produtor, os movimentos sociais ligados à agricultura familiar vinham reivindicando uma política diferenciada para aquele coletivo social. Foram as ações vitoriosas daqueles segmentos que orientaram a criação do PRONAF em 1996. Tendo como objetivo “propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda”, este programa tem sido assumido como a proposta do Governo brasileiro para o desenvolvimento rural, com um reconhecimento explícito da capacidade da agricultura familiar de absorver mão-de-obra, sustentar o homem no campo e mantê-lo ali, impedindo tensões urbanas ainda maiores provocadas por um êxodo rural.

Sob esta perspectiva, o PRONAF tem sua atuação orientada em três linhas.

a) O primeiro é o PRONAF Crédito, que se constitui numa linha de recursos para custeio e investimento para o agricultor familiar, com teto de R\$ 5 mil e R\$ 15 mil respectivamente, a um custo bastante abaixo do crédito de mercado. A seleção dos agricultores aptos a captarem esses recursos estão baseados nos requisitos a seguir:

- Utilização de mão-de-obra familiar podendo ter até dois empregados permanentes;
- Ter no mínimo 80% da renda familiar proveniente da exploração agropecuária, pesqueira, agrícola ou extrativa;
- Residir na propriedade ou em povoado próximo;
- Possuir até quatro módulos fiscais de área.

A partir destes critérios, os créditos são concedidos àqueles agricultores que tenham um atestado do caráter familiar de sua exploração agrícola, fornecido por sindicatos rurais ou entidades governamentais de extensão rural.

b) O PRONAF Infra-Estrutura é uma linha de recursos orientada para melhoria/ampliação do capital social básico nas áreas rurais. O programa prioriza municípios de até 25 mil habitantes, de caráter rural e micro-urbano. Estes municípios, atualmente mais de 1.200 em todo o país, foram selecionados, a partir de

1997, respeitando-se quatro critérios: i) relação entre o nº de estabelecimentos com menos de 200 ha e o total de estabelecimentos menor que a média estadual (da mesma relação); ii) relação entre população rural e a total, maior que a relação do estado; iii) valor da produção agrícola por pessoa ocupada na agricultura tem que ser menor do que a mesma relação do Estado.

c) O PRONAF Capacitação é uma terceira linha, e busca proporcionar aos agricultores familiares e suas organizações: “(i) conhecimentos necessários à elaboração de planos municipais de Desenvolvimento Rural, (ii) conhecimentos, habilidades e tecnologia indispensáveis aos processos de produção, beneficiamento, agroindustrialização e comercialização; e (iii) intercâmbio e difusão de experiências inovadoras em educação, profissionalização e em tecnologias coerentes com as necessidades das atividades agrícolas familiares”. (Ipea 1996:10).

Infra-estrutura, Capacitação e Crédito. Com estas três linhas de atuação, este programa busca garantir melhores condições de inserção da agricultura familiar no mercado. Entretanto, na sua lógica de funcionamento, particularmente através do PRONAF INFRA-ESTRUTURA há uma clara percepção de que esta inserção passa, necessariamente, pelo fortalecimento da capacidade de organização dos próprios agricultores. Vejamos.

Como uma opção de sociedade e civilização, o fortalecimento da agricultura familiar é defendido nos documentos do PRONAF como o caminho para garantir a dinamização, não só dos espaços rurais como de todo um universo micro urbano. Para viabilizar esta dinamização, o PRONAF INFRA-ESTRUTURA, selecionou, a partir de 1997, mais de mil municípios. Para além dos referidos critérios de seleção dos municípios, os municípios selecionados precisam constituir seus Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), com uma participação mínima de 50% de agricultores familiares, para elaborarem os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDR), com os projetos prioritários determinados pelo Conselho ao longo de quatro anos.

Embora o CMDR seja regulamentado por legislação municipal, a orientação geral do PRONAF, é de que os agricultores familiares tenham aquela participação mínima de 50% (em um número total de 12 conselheiros), devendo o restante do conselho ser formado por agentes de outros conselhos (saúde, educação, etc.), representantes do poder público municipal, extensionistas rurais, representantes de instituições financeiras concedentes de crédito rural, entre outros agentes com

atividades ligadas à agricultura familiar. Na proposta do programa, os CMDRs deveriam formar agentes de desenvolvimento local, capazes de definir e empreender, junto a comunidade, ações voltadas para o desenvolvimento, e que estas fossem além da simples utilização dos recursos destinados pelo PRONAF anualmente.

Os critérios para seleção dos municípios atendidos pelo PRONAF, como dito, resultam na priorização dos municípios de caráter rural e micro-urbano, onde, segundo dados do IBGE, vivem 1/3 da população brasileira. É importante lembrar que o caráter excludente da política de modernização agrícola, que beneficiou principalmente os agricultores que se integraram às cadeias agroindustriais, contribuiu, sobremaneira, para um desenvolvimento incipiente da urbanização em um grande número de pequenos municípios, com forte peso da agricultura familiar e, portanto, onde a modernização da agricultura não penetrou com muita força.

Nestes espaços, embora a atividade agrícola seja predominante, ela não promoveu aquele processo que Milton Santos (1992) descreve nos seguintes termos:

*"A cidade torna-se o locus do que se faz no campo. É ela que assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola, porque obrigada a se afeiçoar às exigências do campo, respondendo às suas demandas cada vez mais prementes dando-lhes respostas cada vez mais imediatas(...). A cidade local deixa de ser a cidade no campo e se transforma na cidade do campo". (1992:16)*

Enquanto *locus* da regulação das transformações operadas no campo, estas cidades tiveram, suas economias ampliadas e diversificadas, ampliados os seus equipamentos urbanos, transformados os seus valores, modificados os seus padrões de consumo, embora tendo sua dinâmica fortemente atrelada ao comportamento das atividades agrícolas.

É outra a condição dos pequenos municípios cuja base é a agricultura familiar. Neste sentido, entre os municípios selecionados pelo PRONAF, na sua maioria - com exceção de alguns que tiveram seu desenvolvimento alavancado por outras atividades - são municípios com enormes dificuldades estruturais.

Conforme Veiga (1998) chama atenção, o Banco Mundial assume entre os obstáculos à emergência de um desenvolvimento rural, *"a incipiente presença política dos pobres rurais somada à precariedade de infra-estrutura de transporte e comunicações"*. Nesse contexto, *"é muito freqüente que essas populações tenham imensos obstáculos a enfrentar se quiserem expressar suas preferências no âmbito das dinâmicas políticas."* (Veiga, 1998:163)

Embora seja importante reconhecer a proposta mais geral do PRONAF de

fermentação de uma cultura pró-ativa de desenvolvimento rural a partir de uma base local, é fundamental avaliar sua capacidade de geração deste "caldo de cultura" do desenvolvimento local, em contexto de elevada precarização. É esta capacidade, no nosso ponto de vista, que deverá garantir a própria sustentabilidade das estratégias de desenvolvimento de longo prazo. Nestes termos, o PRONAF INFRA-ESTRUTURA tem como desafio primordial, o desenvolvimento de capacidades/habilidades para a definição de estratégias que deverão ir além da utilização de recursos do PRONAF.

### **ELEMENTOS PARA UMA AVALIAÇÃO PRELIMINAR DO PRONAF INFRA-ESTRUTURA**

Ao longo do segundo semestre do ano 2000, os autores participaram da equipe de instrutores que ofereceu cursos de capacitação aos membros de CMDRs dos estados de Goiás e Minas Gerais. Embora não seja possível, ainda, fazer uma avaliação mais ampla, alguns apontamentos já nos parecem evidentes e procuraremos sintetizá-los aqui.

Um dos objetivos daqueles cursos foi instigar uma discussão ampla em cada um dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs) sobre o desenvolvimento rural e o papel que a agricultura familiar deve assumir neste desenvolvimento. A partir desta discussão, os instrutores procuraram trabalhar junto aos CMDRs despertando para sua importância enquanto um canal de articulação capaz de promover o fortalecimento do capital social do município, passando de uma discussão restrita do desenvolvimento rural para uma do desenvolvimento local como um todo. Como chama a atenção Veiga (2000), o processo de desenvolvimento é uno:

"Não há desenvolvimento rural que seja separado e independente do desenvolvimento urbano, tanto quanto não pode existir um desenvolvimento agrário que dispense o desenvolvimento comercial e industrial. O desenvolvimento é um processo complexo e multifacético que impõe esse tipo de recorte (rural-urbano) para efeito de análise, sem que isto signifique que possam existir como fenômenos concretos." Veiga (2000:12)

Assim, as políticas públicas, que incentivam a participação da sociedade local para a definição de seus destinos, não podem realizar aquele recorte meramente metodológico.

Como verificamos em experiência recente, quando da oferta de cursos de capacitação para os membros de CMDRs, nos municípios com maior organização de

base, principalmente associações de agricultores familiares – que representam uma base mais homogênea que a dos sindicatos rurais - os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) demonstram uma melhor percepção dos seus problemas e maior capacidade de discuti-los sob uma perspectiva mais ampla de desenvolvimento rural, e mesmo de um desenvolvimento local, que extrapole os limites municipais.

Mas esta percepção, embora possa ser claramente identificada, não resulta em uma atuação mais ampla dentro do CMDR. Em outras palavras, não significa uma maior capacidade de respostas a partir do PRONAF. Mesmo nestes municípios, e, de forma ainda mais dramática nos municípios com organizações de base incipientes, as ações do CMDR estão voltadas para a utilização dos recursos para aquisição de infraestrutura. Percebe-se, assim, que as alternativas encontradas, e quando são, para tentar romper os bloqueios à exploração familiar, como as cooperativas, as associações para compra e venda conjuntas, aparecem à margem do CMDR.

O CMDR permanece, na prática, como uma forma institucional necessária, no sentido de ser obrigatório, para a concessão de recursos de infra-estrutura. Vale dizer que - segundo estudo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que procurou contextualizar os municípios alvos do PRONAF a partir de informações colhidas junto aos Secretários Executivos Estaduais - todos os municípios do PRONAF em Goiás tiveram cursos de capacitação sobre a "Competência dos CMDRs" e sobre a "Elaboração dos PMDRs".

Vários aspectos da realidade local e do funcionamento do CMDR parecem justificar a dificuldade de transformar estes conselhos em uma forma de concertação de interesses capaz de definir e implementar ações em prol do desenvolvimento local.

Lembrando Santos (1992), o elemento mais significativo de mudança para a maioria dos pequenos municípios brasileiros deu-se por intermédio da modernização agrícola capitaneada pelo Estado. Os municípios, alvo do PRONAF, cuja base é a agricultura familiar e, nesse sentido os critérios definidos realmente acertaram o alvo, estiveram à margem do alcance das políticas públicas, mesmo a política de modernização agrícola, excludente, não teve aí um alcance significativo.

Este abandono gerou, para a maioria, uma equação perversa de exclusão, precariedade, e falta de alternativas que reforça a dificuldade de organização. Neste contexto, o PRONAF, via CMDR, têm condições, na forma como está articulado, de construir os chamados laços de solidariedade facilitando e fortalecendo ações

coordenadas em prol do desenvolvimento?

Embora não possamos dar a resposta, dado que esta requer uma avaliação mais detida junto aos CMDRs, é possível alguns apontamentos preliminares. Um primeiro aspecto que pudemos evidenciar, é que entre a proposta mais ampla, de ser uma política orientada para fomentar um desenvolvimento local - expressa na criação do CMDR, na elaboração do PMDR e dos Planos de Trabalho anuais -, e a sua ação concreta - dotar os municípios de uma infra-estrutura básica, que o poder público local, com seus recursos não tem condições de implementar - existe uma descontinuidade.

Isto porque, como tem ficado claro, na grande maioria dos municípios não se tem muito que discutir para definir quais são as prioridades para a utilização dos recursos que lhe são destinados. Construção de mata-burros, conservação das estradas, compra de máquinas, equipamentos e caminhões, são necessidades que não se discute. Isto não significa que mesmo sendo óbvias, sua definição, junto às comunidades rurais e associações, enquanto prioridades, não tenham o caráter positivo de despertar o sentimento de participação nas definições sobre o "desenvolvimento" do município. O que estamos dizendo, é que não nos parece resultar daí, uma discussão mais ampla de quais devam ser os caminhos possíveis para o desenvolvimento do município, e, neste sentido, isto contribui para tornar o próprio Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR) estéril. Como nos chama atenção Abramovay (1999), para tanto, é importante mobilizar os atores em torno de uma "idéia guia" em que todos estejam envolvidos, desde a definição até a elaboração e execução do projeto, expressando unidade (ainda que sempre conflitiva) entre os protagonistas.

Sobre os PMDRs, vale dizer que estão plenos de generalidades, constituindo-se muito mais em documentos burocráticos do que um "norte" para o desenvolvimento. Em muitos casos, estes projetos foram elaborados pelos técnicos da agência rural, com reduzida participação dos próprios membros do CMDR e da comunidade. Mesmo quando a participação parece ter sido mais ampla, isto não aparece de forma mais visível nos planos, os quais seguem uma estrutura padrão, e de onde não se percebe uma reflexão própria sobre os rumos do desenvolvimento de cada município.

Sobre o papel dos técnicos das EMATERs (agências rurais estaduais de assistência técnica), pudemos perceber que embora os conselheiros desenvolvam uma relação de identidade e mesmo de gratidão com os técnicos, pelo seu trabalho e sua

proximidade junto às comunidades, fica claro que não identificam nos técnicos um agente com ação propositiva que vá além do apoio técnico.

Sob o ponto de vista dos técnicos, que sempre têm acento nos CMDRs, a tônica de seus discursos gira em torno da necessidade de se buscar atividades no meio rural que agreguem valor, bem como a necessidade de uma maior especialização e profissionalização do agricultor familiar. Mas é interessante observar, na maioria das vezes, que este discurso não mobiliza muitas paixões, assim como também não mobiliza a possibilidade de novas atividades como o turismo rural ou a produção de novos produtos, mesmo quando existem algumas condições para isto, principalmente a dotação de riquezas naturais e a proximidade a grandes centros consumidores. Há que se destacar neste caso, um certo viés agrarista por parte dos técnicos, resultados de suas formações e das próprias orientações recebidas ao longo das últimas décadas com intuito de difundir as técnicas da chamada Revolução Verde.

Esta percepção remete para duas questões. A primeira, que impera, não só nas políticas voltadas para o meio rural mas também entre a maioria dos agricultores, um forte "viés agrícola", onde as atividades não agrícolas e mesmo agrícolas não tradicionais acabam não sendo reconhecidas como alternativas desejáveis.

A segunda, que, para além do apoio técnico valorizado e reconhecido pela população rural, existe um distanciamento de concepções que parece não se resolver com esta proximidade entre os técnicos e agricultores. Este distanciamento, aliado à ausência de um Plano de desenvolvimento que seja reflexo das reais necessidades e possibilidades existentes nos municípios, tem tido como um dos resultados o equívoco na definição de prioridades que vão além da infra-estrutura básica. Para se ter uma noção, foi definida, junto aos CMDRs de Goiás, a compra de 26 pequenas unidades agroindustriais, para beneficiamento de farinha, frutas entre outros produtos. Destas 26 unidades, apenas 3 delas estão em funcionamento e as demais estão fechadas por falta de matéria prima, cuja pouca oferta foi mal dimensionada quando da formulação da proposta de instalação.

Apesar dos problemas por nós identificados ao longo dos cursos de capacitação, é ainda importante registrar outros problemas na atuação dos CMDRs, que já haviam sido identificados por Abramovay (1999), como é o caso da falta de confiança dos membros em si mesmos; a dependência dos membros dos CMDRs com relação ao poder político local, particularmente o prefeito; o sentimento deste de que o CMDR representa uma concorrência a seu poder; ingerência político partidária na vida do

conselho; falta de preparo dos técnicos; baixa participação da sociedade civil local; baixa informação de seus membros; participação predominante de homens, com exclusão das mulheres.

Por fim, fica evidente, ainda, no contato com os CMDRs que um dos principais gargalos observados é a dificuldade de acesso aos recursos do PRONAF CRÉDITO ( PRONAF - C). A necessidade do aval, a imposição pelos bancos de serviços que encarecem o empréstimo, e mesmo a relutância explícita em conceder empréstimos de recursos disponíveis do PRONAF (mesmo com um já sabido baixíssimo índice de inadimplência de 2,5%) é uma constante em todos os municípios. Para além disto, segundo Abramovay (2000), embora o PRONAF crédito esteja atingindo seu público alvo, há que se considerar o elevado custo de operacionalização desta política resultante da equalização das taxas entre emprestadores e tomadores, bem como dos custos administrativos que o governo repassa aos bancos para trabalharem com os recursos do PRONAF.

Além disso, é preciso observar que há uma grande contradição entre as principais linhas de crédito do PRONAF (custeio/investimento e infra-estrutura). O PRONAF INFRA-ESTRUTURA selecionou os mais pobres municípios de cada estado, ou seja, na sua esmagadora maioria constituída de uma maioria de agricultores familiares pobres, enquanto que o objetivo do PRONAF CRÉDITO é alcançar os agricultores familiares em transição – como definiu documento oficial em 1999. Assim, embora os agricultores familiares dos municípios selecionados pelo PRONAF INFRA-ESTRUTURA venham sendo contemplados com recursos importantes enquanto membros de uma coletividade, a situação é diferente quando procuram buscar as demais linhas de crédito, que os beneficiaria individualmente e propiciaria sua consolidação enquanto agricultores familiares inseridos nos mercados. Portanto, acreditamos que exista uma contradição entre a concessão dos créditos de custeio e investimento e a seleção de municípios a serem incluídos no PRONAF INFRA-ESTRUTURA.

Dessa é que algumas experiências alternativas de acesso a crédito vêm mostrando-se mais factíveis e mesmo eficazes. É neste sentido que se têm observado o desenvolvimento de instituições de micro crédito, na forma de cooperativas de crédito, que tenham um alcance local e, portanto, além de ser mais solidárias aos pequenos tomadores, são capazes de reduzir os custos de transação, substituindo uma avaliação burocrática dos clientes por uma avaliação com base em laços de



conhecimento e confiança. A mobilização de agentes locais para criação destas instituições de micro-crédito, que operem não só com recursos públicos, mas que consigam também captar poupanças locais, tornando-se viáveis financeiramente, é um dos principais desafios do desenvolvimento local e do próprio CMDR.

Portanto, observou-se alguma experiência bem sucedida em comunidades selecionadas pelo PRONAF INFRA-ESTRUTURA, mas que na sua maioria (para não dizer todas) tem seu sucesso associado a particularidades próprias de cada uma delas, e que não se pode difundir automaticamente para todas as demais. Dessa maneira, o papel do Estado enquanto definidor de um corpo de políticas públicas mais abrangentes nessas comunidades deprimidas (para usar a expressão européia) é fundamental.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Toda esta discussão anuncia, assim, uma problemática que nos parece inadiável para o debate sobre o desenvolvimento local. Sob este marco introdutório cabe definir nossa problemática, qual seja: O PRONAF pode e deve ser pensado não somente como alternativa de superação das dificuldades econômicas e sociais no meio rural mas, sobretudo, como eixo fundamental e estratégico para o desenvolvimento local. Entretanto, cabe perscrutar até que ponto o PRONAF INFRA-ESTRUTURA, pensado enquanto uma política de desenvolvimento local tem efetivamente contribuído para a viabilização de uma concertação de interesses capaz de engendrar um pacto territorial, ou seja, uma capacidade "socioterritorial" de articulação de interesses diversos em torno de um projeto viável de desenvolvimento local.

É ilusão supor que uma política de cunho específico como o PRONAF seja capaz de projetar estes municípios para uma trajetória de desenvolvimento capaz de promover um amplo resgate social. O desenvolvimento, mesmo sendo alicerçado localmente, segue dependendo de uma aliança de interesses mais ampla, capaz de garantir uma infra-estrutura material e social que, embora deva ter seus termos definidos localmente, tem que assumir um caráter nacional.

Sem perder isso de vista, acreditamos que, mesmo dentro de suas possibilidades de alcance enquanto uma política de desenvolvimento rural, o PRONAF é uma experiência que por sua proposta e abrangência deverá ter impactos importantes em várias localidades a nível nacional.

O que está implícito então, é uma visão de que “a melhora global no bem estar econômico e social dos residentes rurais e do meio físico institucional em que eles vivem” é reflexo direto da capacidade de inserção e sustentação dos produtores rurais em um mercado competitivo.

Entretanto, tanto na sua elaboração, como na operacionalização, fica evidente um forte viés agrícola no PRONAF, que acreditamos não ser reflexo somente da política pública, mas da mentalidade dominante nas próprias entidades representantes do produtor rural, da assistência técnica e, é lógico, dos próprios agricultores, mesmo os periféricos, os quais identificam a agricultura como a atividade realmente relevante no meio rural.

Para uma imensa massa da população rural, o que GRAZIANO DA SILVA (1994) chamou de “os pobres do campo”, a via da modernização agrícola já não é mais possível, seria preciso pensar em outras alternativas, que passam pela produção de serviços, pelo desenvolvimento de pequenas agroindústrias, ou mesmo pela inserção no mercado de trabalho, com emprego não-agrícola. Ou seja, além de políticas públicas que fortaleçam o capital social local, é preciso levar em consideração o momento em que se dá a busca pelo desenvolvimento por essas comunidades.

Para esta população rural, que se enquadraria no segmento dos agricultores periféricos – segundo a FAO (1994) seriam 2,2 milhões de estabelecimentos rurais, boa parte localizados no Nordeste brasileiro – o PRONAF Infra-Estrutura não parece ter um alcance significativo. No Nordeste, apenas ¼ dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural apresentados foram efetivamente pagos, já no Sul, quase metade dos planos foram efetivados. Entre as causas desta disparidade está a dificuldade que os municípios mais pobres têm de preencher as exigências administrativas, entre as mais relevantes a falta de consistência dos planos e pouca organização das finanças municipais, que impede o repasse dos recursos.

Para além da exigência de controle das finanças municipais, que no mínimo está descolada da proposta de desenvolvimento rural apresentada pelo PRONAF, as dificuldades enfrentadas na implementação e atuação dos CMDR estão na essência da própria problemática do desenvolvimento local.

## **BIBLIOGRAFIA**

ABRAMOVAY, Ricardo. **Custos de uma política social necessária**. Gazeta Mercantil, 31 de Julho de 2000.

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Inovações financeiras para uma economia solidária**. Gazeta Mercantil, 31 de Agosto de 2000.
- BAIARDI, Amílcar. Globalização, Mercados e a Situação da Agricultura Familiar no Brasil. In: **Agricultura Familiar: desafios para a sustentabilidade**. Aracaju: Embrapa - CPATC, SDR/MA, 1998.
- BAPTISTA, Fernando O. (1997). Agricultura e Capitalismo na Europa do Sul. In: **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro**. Shigeo Shiki, José Graziano da Silva e Antônio César Ortega (org.). Uberlândia, UFU, UNICAMP, EMBRAPA, CNPq, FAPEMIG.
- BARTHEZ, A. (1987). Familia, Actividad y Pluriatividad em la Agricultura. In: ARKLETON RESEARCH BONANO, A. (1987) **Cambio Rural en Europa**. Colóquio de Montpellier, Arkleton Research.
- BELIK, W. (1999). **Pronaf: uma avaliação preliminar**. Projeto Rurbano/Pronex/SDR/Fapesp. (Mimeo)
- CABRAL, Manuel V. (1987). Pluri-activité et stratégies paysannes d'abandon de l'agriculture deux exemples. **Informations sur les sciences sociales** v.26 n.2, p. 319-344.
- CAMPREGUER, G. **Contribuição à Crítica da Economia Política do Não Trabalho**. Tese de Doutorado. Campinas, Unicamp, 1999. (Versão preliminar, ainda não defendida.)
- CARDOSO, Alessandra e ORTEGA, Antônio César. **PRONAF: uma avaliação à luz da experiência do projeto LEADER**. X Congresso Internacional de Sociologia Rural, Rio de Janeiro, 30/07/00.
- CARDOSO, Alessandra. **O Novo Rural Brasileiro: avaliação a partir de uma economia local; o Triângulo Mineiro**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, 1998.
- COCCO, Giuseppe et al. Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália: questões para a realidade brasileira. In: Urani, A et al (org). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- CORÒ, Giancarlo. Distritos e sistemas de pequena empresa na transição. In: Urani, A et al (org). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- FIGUEROA, ADOLFO (1997) Hacia un nuevo enfoque sobre el desarrollo rural en América Latina. In: **Seminário Internacional Interrelación Rural-Urbana y Desarrollo Descentralizado**, FAO/ONU, abril de 1997, Taxco México.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1994). Entrevista à revista **Agricultura Sustentável**, jan./abr.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1995). "Resistir, resistir, resistir: Considerações acerca do futuro do campesinato no Brasil". In: **Anais do 33º Encontro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Curitiba.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **O desenvolvimento local sustentável: um novo desafio para os países retardatários**. X Congresso Internacional de Sociologia Rural, Rio de Janeiro, 30/07/00.
- IESA-CSIC (1999). **Evaluacion Intermedia de las Iniciativas LEADER II en Andalucia**.
- IPEA (1999). "Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Relatório Técnico das Ações Desenvolvidas no Período 1995/1998". **Texto para Discussão N° 664**.
- MA/SDR/PRONAF (1998). **Construindo as Instituições do Desenvolvimento Rural**. Brasília.
- MANTINO, Francesco. Famiglia, pluriattività e mercati del lavoro: il quadro teorico e i risultati della ricerca. In: **De Benedictis, M. Agricoltura familiare in transizione**. Studi e Ricerche INEA, Itália, 1995, p.255-283.
- MARINI, M. & PIERONI, O. (1987). Relación entre la Familia y el Entorno Social. Tipología de las Familias Agrícolas en una Zona Marginal (Calabria). In: ARKLETON RESEARCH (1987) **Cambio Rural en Europa**. Colóquio de Montpellier, arkleton Research.
- MARSDEN, T. WHATMORE, S.J. & MUNTUN R.J.C. (1987). Uneven Development and the Restructuring Process in British Agriculture: a Preliminary Exploration. **Journal of Rural Studies**. Vol. 3 e.4. p. 297-308.
- MARSDEN, Terry. (1992). Exploring a Rural Sociology for the Fordist Transition. **Sociology Ruralis**, VOL. XXXII – No. 2/3 – 1992.
- MARX, Karl (1985). **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. Ed. Paz e Terra, São Paulo, SP. 4ª Edição.
- MATTEI, Lauro e REBESCHINI, Paulo R. **Capacitação em gestão social para conselheiros municipais de desenvolvimento rural**. PRONAF/Fundação Lyndolpho Silva, Brasília, DF, 2000.
- MUNICÍPIOS DO PRONAF INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS: Elementos característicos. **Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar/PRONAF**. Brasília, fevereiro/2000.

- PÉREZ-YRUELA, Manuel e GIMÉNEZ GUERRERO, María del Mar. Desarrollo local y desarrollo rural: el contexto del programa “Leader”. **Papeles de Economía Española**, nº 60-61, p. 219-233, 1994.
- PNUD (1999) **Agricultura Familiar no Contexto do Desenvolvimento Local Sustentável: Capacitação de Conselheiros Municipais de Desenvolvimento Rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**, Brasília.
- REIS, J., et alii. (1990). How Rural is Agricultural Pluriactivity? **Journal of Rural Studies**, v.6 n.4 – 395-399.
- SANTOS, MILTON. (1992). **Ensaio sobre a Urbanização Latino-americana**. São Paulo, Hucitec.
- SINGER, P. **Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo**. Proposta n, 72, março/maio de 1997.
- VEIGA, J. E. (1998). “Desenvolvimento Rural: O Brasil Precisa de um Projeto”. **In: Anais do 36º Encontro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Poços de Caldas.
- VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Rural: O Brasil precisa de um Projeto**. In: Anais do 36º Encontro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Poços de Caldas, 10 a 14 de agosto de 1998. Minas Gerais.
- VEIGA, J.E. **A face rural do desenvolvimento. Natureza, território e agricultura**. Porto Alegre, Editora da Universidade, 2000.
- VEIGA, J.E. “Perspectivas Nacionais do Desenvolvimento Rural”. **In: Shigeo, S., Graziano da Silva, J. e Ortega, A.C. Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro**. Uberlândia, Jaguariúna e Campinas, Editora da UFU/Embrapa/IE-Unicamp, 1997.